

Reflexões sobre a história nacional: o caso da Europa no século XIX

No século XIX, escrever a história nacional tornou-se imprescindível à formação nacional européia. Ter sua "própria" história era condição básica para uma nação ser aceita, não apenas no âmbito internacional, mas, sobretudo, internamente. Como elemento de mobilização nacional, buscava reforçar a identificação com a nação, legitimava a existência nacional, assegurava a seus membros uma espécie de imortalidade, ajudava a criar ou fortalecer valores nacionais. A história nacional não poderia proceder de um mesmo modelo para todas as nações da Europa; foi construída de acordo com diferentes situações que correspondiam às possibilidades de "nacionalizar" o passado.



In the 19th century, writing national history became an irreplaceable part of European nation formation. To have "its own" history was a basic condition for being accepted as a nation, not only at international level, but, above all inwards. As part of national mobilization, it tried to reinforce identification with the nation; legitimized national existence and provided to its members some kind of immortality; served as basis for creating or strengthening national values. National history could not proceed from the same model to all European nations; it was constructed according to different situations, corresponding to possibilities to "nationalize" the past.

Miroslav Hroch: Professor de História da Universidade Charles, Praga. Ex-professor-visitante na Alemanha, Itália, Finlândia, Lituânia e nos Estados Unidos.

Ao usar o termo “história nacional”, devemos ter em mente que as atividades designadas por esse termo resultaram da interação e relacionamento mútuo de dois grandes processos transformadores em curso na Europa ao longo do século XIX e cujas conseqüências ainda persistem. O primeiro destes processos, “formação nacional”, foi um processo social. O outro, a emergência da “historiografia” acadêmica, produziu conquistas intelectuais.

A relação entre estes dois processos decorre do fato de que a formação nacional não aconteceu como uma construção de comunidades “inventadas” na Europa, isto é, sem vínculos com desenvolvimentos prévios. Ao contrário, foi uma conseqüência de tendências anteriores no desenvolvimento de relações étnicas, políticas, econômicas, culturais e religiosas. Esses desenvolvimentos prévios não podem ser interpretados, num sentido teleológico, como predestinados, ou como preparação intencional para a criação das nações modernas. Contudo eles têm de ser vistos como pedras fundamentais, como “matéria-prima” da formação nacional a ser usada na construção da história nacional. Se, da nossa perspectiva contemporânea, esse desenvolvimento medieval e moderno parece uma “pré-história” da formação das nações modernas, do ponto de vista dos agentes dos processos de formação nacional no século XIX, trata-se, ainda, de história recente.

A importância da história para a formação nacional não se limitou à continuidade histórica (nesse ponto, não importa o quanto a relação foi construída como um mito). Deveríamos ver suas causas mais profundas no contexto mais amplo do desenvolvimento de visões do mundo e da transformação dos nossos sistemas de valores. Começamos pelo fato largamente reconhecido de que o século XIX foi um século de história acadêmica, em outras palavras, um século no qual a verdade histórica foi colocada no topo do sistema de valores convencional. A primazia da verdade significou que o conhecimento exato e correto da verdade, isto é, dados estabelecidos sobre o

passado, tornou-se um conceito consagrado geralmente aceito, possível, então, de ser usado como argumento efetivo para o presente. Uma conseqüência lógica foi uma disciplina profissionalmente qualificada e “predestinada” para a busca da verdade histórica. Conseqüentemente, seus intérpretes e analistas, os historiadores, tornaram-se os representantes e responsáveis pela preservação daquela autoridade.

Já desde pelo menos a primeira metade do século XIX, as elites e os acadêmicos concordaram que, para serem aceitos, todos os sujeitos, instituições e idéias tinham de articular e explicar seus direitos à existência (isto é, um direito a ser aceito como capaz de existir) por meio da história. A absolutização de “direitos” preservados do passado não era um conceito novo, mas um legado feudal modificado: todos os privilégios aristocráticos e feudais eram privilégios históricos. Isto não significa que apenas conservadores lutando para manter o *status quo* tenham se voltado para a história. Todos os movimentos que, *ex definitione*, buscavam a desestabilização e superação da antiga ordem também procuravam encontrar legitimidade histórica. Além dos movimentos nacionais, também era o caso dos movimentos sociais: por exemplo, o argumento histórico era o ponto de partida central até mesmo do *Manifesto Comunista*.

No caso da formação nacional, o “conceito primordialista” de nação prenunciava a importância do argumento histórico e da história acadêmica, e era também mais ou menos geralmente aceito como seu atributo natural. Se uma nação em particular existira tão cedo quanto na Idade Média – não importa quão reprimida, “adormecida”, ou dividida possa ter sido – sua existência já era vista como materialização da história. Em áreas onde uma nação moderna se desenvolveu sob condições de um Estado-nação estável, como na França, Holanda ou Inglaterra, a equação entre o passado e o futuro da nação se aplicava integralmente. A situação era mais complicada nos casos nos quais a formação nacional ocorreu como movimen-

to nacional, isto é, sem um Estado próprio, sem elites “nacionais” e, freqüentemente, sem a continuidade de cultura nacional e linguagem literária. Esse foi o caso da maioria dos processos de formação nacional na Europa.

Movimentos nacionais priorizaram a necessidade de provar o caráter primordial da nação, sua existência antiga. Isso deu origem ao famoso argumento, já no século XIX, de serem algumas nações “históricas” e, portanto, tinham um direito a existir, enquanto algumas eram “não-históricas” e, assim, não poderiam reivindicar a legitimidade como membros com pleno direito à família das nações modernas. Apesar de a terminologia haver mudado, a disputa ainda persiste e sobrevive, por exemplo, na atitude superior dos membros das “históricas” nações ocidentais em relação às nações “menores”, e sua falta de compreensão pelas demandas e pelos objetivos das nações “sem história”.

Mas as histórias de todas as nações “históricas” não eram consideradas igualmente importantes ou valiosas. Já na primeira metade do século XIX, uma idéia hegeliana surgiu das especulações e discussões da chamada Escola de Gottingen sobre a história universal: *Universalgeschichte* deveria enfocar as grandes e complexas mudanças norteadoras (revoluções, colonizações, fortalecimentos do Estado, etc.) se quisessem ser um sistema histórico em vez de uma mera coleção de histórias nacionais. Essas mudanças complexas eram “nacionalmente” definidas e colocadas em seu contexto étnico. Assim, a construção do desenvolvimento mundial foi criada e as “grandes” nações ou nações “dirigentes” se revezavam na liderança. O sistema era aproximadamente análogo ao *Weltgeist* hegeliano. O grau de importância das histórias nacionais e sua cota no progresso universal derivavam dessa base.

Duas conseqüências práticas eram tiradas desse conceito: primeiramente, apenas as histórias de Estados já existentes são relevantes e valem a pena ser escritas; em segundo lugar, na seleção dos dados, a prioridade deve ser dada

àqueles relacionados à história dos Estados-nação líderes. No entanto, durante o século XIX, um número crescente de movimentos nacionais reivindicou a construção da sua própria história nacional.

Para entender completamente a importância e o caráter enganoso da demanda pela natureza “histórica” da existência nacional, precisamos lembrar que a maioria dos historiadores e também da “opinião pública” da sociedade europeia do século XIX igualavam história a história política. Nesta, a posição do Estado ou pelo menos certas formas e expressões da vida política e das atividades públicas formavam o conteúdo fundamental da história. Eram o principal, quando não o único, objeto de pesquisa histórica.

A história política fornecia a seus contemporâneos um relato dos seus destinos e dos destinos das suas nações. Esses relatos nem sempre apresentavam a visão do Estado triunfante aspirante a uma posição de poder, a sucessos políticos e militares ou de outra natureza, entre os quais as missões civilizatórias figuravam como tema central na história nacional. Às vezes, o quadro retratado pela história política era o de uma nação oprimida, uma nação privada dos seus “direitos”, em cuja história a luta por uma reconfiguração dos velhos erros tornava-se o tema central. Por agora, deixaremos de lado o problema de se e como os líderes desses movimentos nacionais compensaram o insuficiente “valor de uso” dos aspectos político-estatais das suas histórias. Em raros casos, a falta de história política podia ser substituída por matérias da história cultural: conquistas culturais eram entendidas como uma forma de percepção da identidade nacional. A história social podia ser incorporada na construção da história nacional, particularmente em situações nas quais um sistema distinto de dependências sociais (com prenúncios tanto positivos quanto negativos), um tipo particular de atividades empreendedoras contendo atributos nacionais, começava a se formar.

A experiência política cotidiana ensinou aos cidadãos do

século XIX (e, por conseguinte, também aos historiadores) que nações não podiam existir independentemente, de maneira isolada de outras nações. Ou seja, explorações acerca do passado nacional não poderiam se limitar à própria nação. Histórias nacionais tinham de ser relacionadas às histórias das nações circundantes, com as quais o debate sobre a história nacional sempre esteve associado. Era o caso das “grandes” nações, nas quais esse componente das suas histórias nacionais era representado pela política externa, assim como o caso das nações que apenas começavam a lutar pela definição da sua “historicidade” e seu reconhecimento. Por exemplo, a história dos tchecos, como veremos adiante, estava necessariamente relacionada à história alemã; a história dos finlandeses à sueca (e também russa); a história dos eslovacos à húngara e tcheca; a dos ucranianos à polaca e russa, etc.

Sobre o assunto, podemos encontrar duas diferentes abordagens à contextualização da história nacional: 1. Uma nação é comparada com outras nações que tenham sido consideradas “típicas” e as comparações determinavam o “grau de singularidade” (tão alto quanto possível) do próprio desenvolvimento nacional. 2. A história nacional é comparada com um padrão reconhecido e preestabelecido de desenvolvimento, um “tipo ideal” de desenvolvimento nacional. Isto só poderia ser feito se diversos casos concretos fossem conhecidos. Em ambas as abordagens a comparação estava concentrada na descoberta do que há de único, porque o traço fundamental da nação e da sua história era sua singularidade.

A crescente autoridade da ciência histórica foi estabelecida com base nos avanços analíticos antes de começarem as elaborações da história nacional. Conseqüentemente, a escrita de histórias nacionais sempre esteve relacionada aos princípios metodológicos da história científica. Esses princípios da historiografia crítica podiam ser modificados e interpretados, mas não violados. Essa recém-emergente “revolução historicista” era, ao mesmo tempo, influenciada por mudanças espetacula-

res no pensamento sobre a sociedade e seu desenvolvimento. O conceito de sociedade adotado durante o Iluminismo estava operante: indivíduos e grupos sociais eram vistos como “resultado de seqüências de eventos que revelavam a identidade e as leis de crescimento desses fenômenos” (Anthony Smith). Tampouco era mera teorização: observações empíricas confirmavam (independentemente disto ser ficção ou não) que relações causais análogas tinham resultados similares em países diferentes e sem vínculos mútuos. Se a mesma categoria continha, por exemplo, a ascensão do absolutismo, urbanização, industrialização e a emergência do sistema constitucional, a formação ou “ressurgimento” nacional não podia ser igualmente uma das conseqüências necessárias de outras mudanças?

A habilidade de interpretar o passado, isto é, de fazer a transição do conceito tradicional, pré-moderno, de “homens sem história” para seres “históricos” foi outra condição geral do impacto e da capacidade de persuasão do fato histórico. Antropólogos e historiadores, como Lévi-Strauss e J. Topolski, respectivamente, consideram a experiência pessoal imediata de uma mudança histórica o mais significativo fator para a emergência e o reforço da “habilidade das massas de imaginar a história”. Tal experiência podia ser, por exemplo, a revolução na França (e regiões adjacentes), as guerras napoleônicas na Europa Central, o declínio do antigo império, as reformas iluministas, etc. Cedo ou tarde, a percepção de mudanças e desenvolvimentos contemporâneos tornava-se conectada à habilidade de perceber também mudanças passadas, ou seja, vinculadas à consciência histórica ou “memória”. Será, pois, importante inquirir, em cada caso, quando e sob que condições a história nacional tornou-se um tema de narrativas sintéticas, da ciência histórica crítica. E, ainda, quando a história nacional tornou-se parte da identidade nacional, isto é, da autoconsciência das elites e das massas a ponto de poder ser usada como argumento político e ideológico. Em outras palavras, esse era o modo de operar das “grandes narrativas”.

Isto nos remete à relevante questão da “resposta social” à construção da história nacional. Além da mencionada habilidade de perceber ou imaginar o passado, inúmeros meios ajudaram a difundir a consciência nacional. A esse respeito, a educação e a literatura tiveram relevante papel. Considerando que a integração das entidades estatais foi acompanhada por preocupações com a educação dos cidadãos na maioria dos países europeus no século XIX, cedo ou tarde, a história se destacou entre as matérias e os livros escolares.

Entretanto a historiografia científica não poderia ser a única fonte de concepção do ensino de história. Escolas eram administradas pelo Estado e, portanto, eram o Estado e a *raison d'état* que decidiam a seleção de fatos e o conceito de história nacional, definido como a história do Estado. Se grupos étnicos em luta pela existência nacional viviam no território de um Estado multiétnico, a perspectiva do Estado-nação colocava suas histórias nas coordenadas da história regional. Isto deu origem à tensão entre Estado e história nacional, ou – para ser mais preciso – entre um sistema de dominação política e um conceito de história nacional de nações “não-históricas” (sem Estado). A dicotomia não podia mudar o fato de que, nas condições do século XIX, “a história nacional era a única forma de escrever história” (E. Balibar). Não apenas isso: a história nacional tornou-se central à narrativa do passado aos olhos do público, os leitores. É difícil imaginar algo como uma história não-nacional naquele momento.

Qual o significado de ter sua própria “história nacional” para uma população com um crescente nível de educação e identidade nacional? Podíamos caracterizar as razões da excepcional importância da história nacional para a formação nacional por quatro circunstâncias:

1. Se considerarmos a consciência nacional – relacionada a qualquer objeto – como uma parte necessária da estrutura comportamental humana, a consciência histórica associada à

unidade nacional representava, então, um fator importante da formação nacional: reforçava a identificação com a nação. Conseqüentemente, a identidade nacional baseava-se na idéia de pertencimento à nação como uma comunidade que tinha sido sempre distinta de outras comunidades nacionais – ou do Estado, se este ainda não era Estado-nação.

2. A história nacional “legitimava a existência nacional”: ter uma história autorizava reivindicar a existência nacional. Todos podiam pertencer a apenas uma nação, a “sua”, e a história nacional também só podia ser uma sem qualquer alternativa nacional. O presente nacional era, então, considerado um resultado não-alternativo do desenvolvimento da comunidade nacional. A história regional era incluída nas coordenadas da história nacional como parte integral desta.

3. Tal história nacional oferecia segurança aos indivíduos no sentido de prover um “substituto para a imortalidade”. Um indivíduo podia sentir que vivera em seus antepassados, isto é, na história da sua própria nação. Juntamente com a continuidade do passado, a história prometia um futuro “eterno” na forma da comunhão com a nação.

4. A história nacional serviu de base para criar consciência sobre os “valores nacionais”, sobre um sistema coletivo de valores. A história parecia ser a mais adequada fonte desses sistemas de valores, porque permitia a construção de modelos (nacionalmente) de comportamentos positivos e negativos. Sonhos e desejos inerentes ao futuro da nação e às características do caráter ideal dos seus membros eram projetados no passado e formavam um conjunto seletivo de modelos exemplares.

Como ocorreu o processo de escrita das histórias nacionais? Que fontes os historiadores usaram para sua (re)construção? A idéia tradicional seria a de um historiador engajado num diálogo com o passado que tentava “descobrir” o da sua própria nação. Deixando de lado amadores semi-

esclarecidos, agitadores políticos e um pequeno grupo de falsificadores conscientes, a esmagadora maioria dos historiadores buscava, sincera e honestamente, encontrar a verdade sobre o que entendiam como história nacional e apresentar os resultados da pesquisa a seus contemporâneos. Ao considerarmos que escreviam sobre o passado da nação com a qual se identificavam, é compreensível enfatizarem ou escolherem aspectos positivos daquele passado. Quer inconsciente quer deliberadamente, a história que produziram reforçou a confiança nacional, ofereceu argumentos contra críticos e inimigos (reais ou fictícios) e, ainda, preparou uma “base de dados” estereotipados para futuras gerações vivendo nas condições de uma nação estabelecida.

Contudo a imagem da história nacional era influenciada por um complexo de pelo menos cinco fatores, cujos elementos podem resumir-se no seguinte modelo: em primeiro lugar, estava a atual realidade da nação; em segundo, o entendimento dos autores sobre sua nação e os interesses nacionais; em terceiro, o “passado nacional” como uma amostra de informações desorganizadas do passado; em quarto, o presente entendimento da história da nação; em quinto, a tradição historiográfica, isto é, os conceitos de história dos séculos pré-modernos que sobreviveram.

A história nacional é antes de tudo espacial. Em que território, em que “mapa mental” ela acontece? Quais as fronteiras desse território e como se estrutura internamente (regiões, metrópoles, centro-província)? A história nacional também é temporal. Aqui exploramos questões acerca do momento definido como começo e dos eventos que criam a periodização da história nacional, situando suas fases de ascensão e declínio. Como mencionado, é necessário considerar a história nacional no contexto mais amplo das relações com outras nações. Claro que a história de uma nação sem um Estado é a história de uma nação com um Estado contra ela, ou seja, história da luta contra o Estado supostamente nacional. Até que ponto as cons-

truções dessas histórias nacionais se sobrepõem com respeito ao território e às pessoas?

Outra questão essencial é a situação social do momento: a audiência, para a qual a história foi escrita, nem sempre teve a mesma estrutura social. Isto é igualmente verdade para os autores e suas posições políticas e sociais.

Encontrar respostas a todas essas perguntas, concernentes a todos os países europeus, demandaria um projeto internacional comparativo e foge das possibilidades de um só indivíduo. Uma análise comparativa sistemática da construção da história nacional e da historiografia “nacionalista” ainda precisa ser levada a cabo por pesquisas ulteriores, mas podemos fazer algumas generalizações limitadas.

Primeiro, como é visível, a história nacional não foi e não poderia ter sido construída em todas as nações européias conforme o mesmo modelo. Diferenças fundamentais procedem das relações da realidade pré-moderna para as condições em que o desenvolvimento nacional ocorreu. Desta perspectiva, podemos discernir quatro tipos:

1. A história nacional emergiu como história de um Estado-nação, cuja existência e profundas raízes históricas não eram contestadas. Nessa concepção, a história nacional foi construída como uma continuação “natural” do desenvolvimento prévio e o território do Estado histórico considerado, sem objeções, território nacional: a história do Estado era quase idêntica à história nacional. Além da França e Espanha, este processo também aconteceu na Inglaterra, Holanda, Portugal e Suécia. Em dois casos, uma história do Estado nacional foi construída sem que existisse unidade política passível de ser identificada com a comunidade nacional moderna: a Alemanha, que usou a história do Sacro-Império Romano como história nacional, e a Itália, onde mesmo este substituto não funcionou.

2. A história nacional podia clamar pela condição de Es-

tado histórico medieval, que praticamente correspondia à identidade étnico-nacional na hora de um movimento nacional emergente, mas esta tradição foi interrompida no início da modernidade. Mesmo assim, elementos do antigo Estado foram preservados em instituições remanescentes mais fortes ou mais fracas, tais como uma assembléia rural, as fronteiras, um sistema legal, o Judiciário, as organizações da Igreja, etc. Nesses casos, a existência nacional foi projetada nas antigas entidades estatais embora a fronteira histórica usualmente não correspondesse à fronteira étnica. A consequência foi a emergência de um problema, mais ou menos complicado, de identidade nacional das minorias. Essa categoria inclui os casos dos movimentos nacionais magiares, tchecos, noruegueses, croatas e lituanos. No entanto também a história “nacional” escrita de acordo com as demandas e sonhos dos movimentos nacionais escoceses, catalães ou flamencos pertence a essa categoria.

3. A condição do Estado medieval relacionada à história nacional foi destruída na medida em que apenas sobreviveu sob a forma de reminiscência histórica e “memória” mítica. Nessa situação, era extremamente difícil determinar a fronteira entre o território histórico reivindicado pelo movimento nacional e definir a continuidade histórica em noções de existência nacional. Logo, os territórios reivindicados pelos vários movimentos nacionais freqüentemente se sobrepunham. Além dos casos de gregos e ucranianos, sérvios e búlgaros também pertencem a essa categoria.

4. O movimento nacional dificilmente podia reivindicar qualquer continuidade do desenvolvimento político pré-moderno e, assim, não podia construir uma tradição de Estado nacional. A identidade nacional era definida quase exclusivamente pela etnia, o que predeterminou a definição étnica das fronteiras nacionais, na maioria dos casos sem populações compactas de minorias estrangeiras. Outra consequência foi o papel relativamente fraco da história e do argumento histórico no movi-

mento nacional. Esse foi o caso do movimento nacional finlandês, eslovaco, estoniano e letão, e também do esloveno, macedônio e bielorusso.

Afora esses quatro tipos básicos, há várias especificidades: por exemplo, no caso alemão a tradição estatal não se relacionava a um, mas a vários Estados alemães, e o mesmo ocorreu nos Estados italianos. A história romena emergiu com base em três territórios originalmente independentes (Valáquia, Moldávia, Transilvânia). Na história catalã, a tradição de autonomia e não de Estado era o ponto central. No caso finlandês, a autonomia política começou pouco antes da emergência do movimento nacional, que não era suficiente para reivindicar a condição de Estado, mas suficiente para criar um problema de minorias suecas. A Irlanda foi outro caso intermediário; teve forte senso de continuidade como uma ilha com tradição cultural celta, mas nunca possuiu a condição de Estado medieval.

Na maior parte dos casos mencionados, a construção da história nacional aconteceu em três fases, ou melhor, com três tipos de abordagens ocorrendo sucessiva ou simultaneamente: a historiografia romântica, a historiografia científica e o “re-visionismo”, que significa a ciência histórica crítica. Na maioria dos casos nacionais, essas três fases de produção da história “nacional”, ou mais precisamente estatal, foram precedidas por uma fase barroca e a fase iluminista.

A tradição historiográfica das crônicas “nacionais” medievais e da escrita histórica humanista também influenciou, restringiu e modificou a construção da história nacional. Primeiramente, afetou a estrutura do território nacional, suas fronteiras, a seleção dos eventos nacionalmente relevantes e, às vezes, também a descrição dos traços característicos da nação.

Depois de o princípio da verdade histórica ganhar autoridade, o que acontecia ocasionalmente no período da ciência romântica e sempre no período da historiografia científica, a construção da história nacional tinha de respeitar certos princípios

básicos da ciência crítica. Não era mais possível romper os princípios da lógica para maquiari eventos ou figuras históricas e, menos ainda, inventar toda uma história nacional do nada. Isso não significou que a “nacionalização” de eventos passados fosse excluída, mas que ela acontecia mediante seleção de dados e interpretações causais de relações entre fenômenos. No entanto, apenas dados historicamente comprovados podiam ser usados como pedras fundamentais da reconstrução histórica.

Se desejasse atingir seu objetivo e agir como fator influente na consciência histórica, a construção da história nacional tinha de alcançar uma ampla platéia. Essa “transmissão” ocorria por meio de uma gama relativamente variada de instrumentos: dos jornais e revistas, via textos populares, ficção, poesia e teatro, a livros escolares e discursos políticos. Além da produção histórica científica, história e memória existiam como ferramenta política direta e também sob a forma de representações artísticas e didáticas.

A imagem resultante de todos esses fatores foi a emergência de uma camada “geral” de consciência histórica nos membros da nação. Essa consciência reproduzia a interpretação da história nacional correspondendo, apenas parcialmente, à visão científica, mas que não podia ser inteiramente, e em todos os aspectos, diferente dela, e vice versa: o argumento histórico seria efetivo quando usado por políticos apenas se satisfizesse amplamente a consciência histórica geral da população à qual se dirigia. O mero fato de ter sido a história nacional introduzida nas experiências cotidianas da nação como consciência histórica continha a possibilidade real de mitificação e instrumentalização da história. Nesse caso, significava objetivos nacionalistas que a historiografia científica, algumas vezes, não pode sequer prever. Em outros casos, contudo, demonstramos como a historiografia científica foi convencida da força dos seus argumentos ao ponto de ter ela mesma se aventurado em justificativas de objetivos e conceitos nacionalistas.

Em virtude do domínio do conceito primordial e personalizado de nação no século XIX (e posteriormente), podemos quase afirmar que os historiadores construíram as histórias nacionais como um tipo de memória coletiva. Seus trabalhos tinham as propriedades típicas de memórias, sendo muito seletivos, mas respeitando os princípios da ciência moderna, porque esses historiadores quase sempre se identificavam com as nações. Assim, as histórias nacionais precisam ser consideradas com os mesmos padrões críticos que essa outra fonte.

As relações entre história nacional e audiência nacional não existiam somente na direção do historiador para o público. Elas também operavam no sentido contrário: a construção da história nacional era aceitável apenas se era compatível com a identidade nacional prevalecente (e a consciência histórica) da população alvo. Se essa condição não fosse atendida, a construção da história nacional estava fadada ao fracasso. Podemos mencionar, por exemplo, a falha em introduzir a construção das histórias tchecoslovaca e húngara aos membros da frágil nação eslovaca, e a falha do Ilirismo¹ ou da noção de uma história unificada do Estado nacional espanhol. Talvez pudéssemos incluir também as vãs tentativas de fazer da história escocesa um fator de mobilização nacional, mesmo que nesse caso não se tratasse de mera invenção. Naturalmente, a situação mudou na Escócia durante a segunda metade do século XX.

O grau de sucesso na construção da história nacional era determinado por um número de outras condições. Além da disponibilidade da audiência alvo em compreender as mudanças e o argumento históricos, precisamos mencionar o grau necessário de identidade étnica e/ou estatal. A elaboração da história nacional podia intervir encontrando um testemunho dos valores nacionais apenas se essas condições tivessem sido atingidas. Isto era particularmente verdade nas condições de real ou aparente ameaça à existência nacional. Um número

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA NACIONAL:
O CASO DA EUROPA NO SÉCULO XIX

crescente de membros da nação estava disposto (e capaz) a aceitar o princípio nacionalista segundo o qual suas próprias histórias nacionais eram a chave para entender a história universal. Em outras palavras, adotavam a idéia de que eventos gerais eram comparáveis pelos parâmetros da história nacional, independentemente de eventos e processos serem relevantes ou úteis aos destinos da nação.

Além disso, a história nacional ajudava a compreender e freqüentemente a avaliar o presente. Esse ponto inclui também a utilidade da história nacional como fonte de exemplos positivos e preventivos para o presente e como fonte de encorajamento e atividade nacionalmente motivada. A influência da historiografia científica é apenas secundária a esse respeito. Ela foi relegada a um segundo plano, por conceitos reavaliados e politicamente produzidos da história nacional. Contudo não podemos tomar isto como razão para rejeitar a historiografia científica ou para reduzi-la a um mero instrumento de ideologias nacionalistas.

Traduzido por Clayton Mendonça Cunha Filho

Nota do Tradutor: Movimento a princípio literário e, posteriormente, político, que alegava a existência de uma mesma língua mãe, o ilírio, que teria dado origem aos idiomas sérvio e croata. Buscava a união dos povos eslavos do sul da Europa em um mesmo Estado.